



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data da atualização: 04/05/2011

DANO MORAL

SÚMULA TJ Nº 44

NÃO SE APLICA O PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NA LEI DE IMPRENSA, QUANDO SE TRATAR DE DANO MORAL E A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA ESTIVER FUNDADA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 03/2001 - PROC. [2001.146.00003](#)
JULGAMENTO EM 4/06/2002 - VOTAÇÃO UNÂNIME. RELATOR: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE.

(VER: [DECADÊNCIA](#), [PRAZO](#))

SÚMULA TJ Nº 45

É DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SOFRIDO PELO PASSAGEIRO, EM DECORRÊNCIA DO EXTRAVIO DE BAGAGEM, NOS CASOS DE TRANSPORTE AÉREO.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 03/2001 - PROC. [2001.146.00003](#)
JULGAMENTO EM 4/06/2002 - VOTAÇÃO UNÂNIME. RELATOR: DES. GUSTAVO ADOLPHO KUHL LEITE.

SÚMULA TJ Nº 75

O SIMPLES DESCUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL OU CONTRATUAL, POR CARACTERIZAR MERO ABORRECIMENTO, EM PRINCÍPIO, NÃO CONFIGURA DANO MORAL, SALVO SE DA INFRAÇÃO ADVÉM CIRCUNSTÂNCIA QUE ATENTA CONTRA A DIGNIDADE DA PARTE.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA N.º [2004.018.00003](#) NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 2004.001.01324– JULGAMENTO EM 22/11/2004– VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. LUIZ ZVEITER – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 01/03/2005 – FLS. 779/798.

SÚMULA TJ Nº 87

A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º [2005.146.00004](#)–
JULGAMENTO EM 10/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. AZEREDO DA SILVEIRA

(VER: [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

SÚMULA TJ Nº 89

RAZOÁVEL, EM PRINCÍPIO, A FIXAÇÃO DE VERBA COMPENSATÓRIA NO PATAMAR CORRESPONDENTE A ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, EM MOEDA CORRENTE, FUNDADA EXCLUSIVAMENTE NA INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º [2005.146.00006](#) – JULGAMENTO EM 10/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. SÍLVIO TEIXEIRA

(VER: [CONSUMIDOR](#))

SÚMULA TJ Nº 90

A INSCRIÇÃO DE CONSUMIDOR INADIMPLENTE EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO CONFIGURA EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º [2005.146.00006](#) – JULGAMENTO EM 10/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DES. SÍLVIO TEIXEIRA

(VER: [CONSUMIDOR](#))

SÚMULA TJ Nº 96

AS VERBAS RELATIVAS ÀS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL E DANO ESTÉTICO SÃO ACUMULÁVEIS.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2005.146.00003](#) – JULGAMENTO EM 24/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: ÁLVARO MAYRINK DA COSTA – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 13/12/2005 – FLS. 010862/010867.

SÚMULA TJ Nº 97

A CORREÇÃO MONETÁRIA DA VERBA INDENIZATÓRIA DE DANO MORAL, SEMPRE ARBITRADA EM MOEDA CORRENTE, SOMENTE DEVE FLUIR DO JULGADO QUE A FIXAR.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2005.146.00003](#) – JULGAMENTO EM 24/10/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: ÁLVARO MAYRINK DA COSTA – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 13/12/2005 – FLS. 010862/010867. VEJA: [2007.001.11514](#) [2007.001.09397](#) [2007.002.04255](#) [2007.001.04074](#)

SÚMULA TJ Nº 105

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2005.146.00001](#) - JULGAMENTO EM 18/07/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DESEMBARGADOR CÁSSIA MEDEIROS – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 26/12/2005 – FLS. 011200/011220.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

SÚMULA TJ Nº 128

IMPUTAÇÃO OFENSIVA, COLETIVA, NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº. [2006.146.00007](#) – JULGAMENTO EM 21/12//2006 – RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO JOSÉ AZEVEDO PINTO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

SÚMULA TJ Nº 129

NOS CASOS DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO, NOS TERMOS DOS ARTS. 17 E 29, COMBINADOS COM OS ARTS. 12 A 14, TODOS DO CDC, OS JUROS DE MORA CONTAR-SE-ÃO DA DATA DO FATO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº. [2006.146.00007](#) – JULGAMENTO EM 21/12//2006 – RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO JOSÉ AZEVEDO PINTO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

SÚMULA TJ Nº 149

"NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DO "CARTÃO MEGABÔNUS", OS DANOS MORAIS NÃO PODEM SER CONSIDERADOS IN RE IPSA, CUMPRINDO AO CONSUMIDOR DEMONSTRAR A OFENSA À HONRA, VERGONHA OU HUMILHAÇÃO, DECORRENTES DA FRUSTRAÇÃO DA EXPECTATIVA DE SUA UTILIZAÇÃO COMO CARTÃO DE CRÉDITO."

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. 2009.018.00009 - JULGAMENTO EM 29/03/2010 - RELATOR: DESEMBARGADOR MARIO ROBERT MANNHEIMER. VOTAÇÃO POR MAIORIA.

(VER: [CARTÃO DE CRÉDITO](#), [CARTÃO MEGABÔNUS](#), [CONSUMIDOR](#))

SÚMULA STJ Nº 37

SÃO CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL ORIUNDOS DO MESMO FATO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 54

OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 109

O RECONHECIMENTO DO DIREITO A INDENIZAÇÃO, POR FALTA DE MERCADORIA TRANSPORTADA VIA MARÍTIMA, INDEPENDE DE VISTORIA.

(VER: [ALIMENTOS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 130

A EMPRESA RESPONDE, PERANTE O CLIENTE, PELA REPARAÇÃO DE DANO OU FURTO DE VEICULO OCORRIDOS EM SEU ESTACIONAMENTO.

(VER: [ALIMENTOS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 221

SÃO CIVILMENTE RESPONSÁVEIS PELO RESSARCIMENTO DE DANO, DECORRENTE DE PUBLICAÇÃO PELA IMPRENSA, TANTO O AUTOR DO ESCRITO QUANTO O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 227

A PESSOA JURÍDICA PODE SOFRER DANO MORAL.

(VER: [PESSOA JURÍDICA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 281

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL NÃO ESTÁ SUJEITA À TARIFAÇÃO PREVISTA NA LEI DE IMPRENSA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 313

EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, PROCEDENTE O PEDIDO, É NECESSÁRIA A CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL OU CAUÇÃO FIDEJUSSÓRIA PARA A GARANTIA DE PAGAMENTO DA PENSÃO, INDEPENDENTEMENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEMANDADO.

(VER: [ALIMENTOS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 326

NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, A CONDENAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL NÃO IMPLICA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 359

CABE AO ÓRGÃO MANTENEDOR DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO A NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR ANTES DE PROCEDER À INSCRIÇÃO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 362

A CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL INCIDE DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 370

CARACTERIZA DANO MORAL A APRESENTAÇÃO ANTECIPADA DE CHEQUE PRÉ-DATADO.

(VER: [CHEQUE](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 385

DA ANOTAÇÃO IRREGULAR EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, NÃO CABE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, QUANDO PREEXISTENTE LEGÍTIMA INSCRIÇÃO, RESSALVADO O DIREITO AO CANCELAMENTO.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 387

É LÍCITA A CUMULAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES DE DANO ESTÉTICO E DANO MORAL.

(VER: [DANO ESTÉTICO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 388

A SIMPLES DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUE CARACTERIZA DANO MORAL.

(VER: [CHEQUE](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 402

O CONTRATO DE SEGURO POR DANOS PESSOAIS COMPREENDE DANOS MORAIS, SALVO CLÁUSULA EXPRESSA DE EXCLUSÃO.

(VER: [CONTRATO DE SEGURO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 420

INCABÍVEL, EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA, DISCUTIR O VALOR DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

(VER: [EMBARGOS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA VINCULANTE STF Nº 22

A JUSTIÇA DO TRABALHO É COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO PROPOSTAS POR EMPREGADO CONTRA EMPREGADOR, INCLUSIVE AQUELAS QUE AINDA NÃO POSSUÍAM SENTENÇA DE MÉRITO EM PRIMEIRO GRAU QUANDO DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.

(VER: [COMPETÊNCIA](#); [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 27

97 - CARACTERIZA DANO MORAL A INDEVIDA APROPRIAÇÃO PELO ADVOGADO DE VALORES PERTENCENTES AO MANDANTE.

JUSTIFICATIVA: A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA TRANSCENDE O SIMPLES INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DO MANDATÁRIO. NA VERDADE, COMO A RELAÇÃO É INTUITU PERSONAE, EM QUE AVULTA A FIDÚCIA, A QUEBRA DE CONFIANÇA ENSEJA PARA O MANDANTE DESGOSTO ÍNTIMO, A ENSEJAR A PRESENÇA DE DANO EXTRAPATRIMONIAL.

PRECEDENTES: 0039076-39.2008.8.19.0004, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 28/09/2010; 0041659-43.2008.8.19.0021, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 27/10/2010.

[AVISO TJ Nº 27, DE 25/03/2011](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

17. A INDEVIDA INTERRUÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE E GÁS CONFIGURA DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.30738](#), TJERJ, 5ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/2009. APCV [2009.001.47615](#), TJERJ, 16ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/2009.

(VER: [CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#), [CONSUMIDOR](#))

18. BREVE INTERRUÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE E GÁS POR DEFICIÊNCIA OPERACIONAL NÃO CONSTITUI DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.43582](#), TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 03/08/2009. APCV [2007.001.43180](#), TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 07/10/2008.

(VER: [CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#), [CONSUMIDOR](#))

22. ENSEJA DANO MORAL A INDEVIDA RECUSA DE INTERNAÇÃO OU SERVIÇOS HOSPITALARES, INCLUSIVE HOME CARE, POR PARTE DO SEGURO SAÚDE SOMENTE OBTIDOS MEDIANTE DECISÃO JUDICIAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.44656](#), TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADA EM 26/08/2009. APCV [2007.001.39207](#), TJERJ, 20ª C. CÍVEL, JULGADA EM 02/04/2008.

(VER: [DIREITO À SAÚDE](#), [SEGURO SAÚDE – PLANO DE SAÚDE](#))

36. A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE DANO MORAL, DEDUZIDA COM BASE EM RELAÇÃO DE CONSUMO, AINDA QUE FUNDADA NO VÍCIO DO SERVIÇO, SE SUJEITA AO PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.40737](#), TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/09. APCV [2007.001.14420](#), TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 28/03/07.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [PRESCRIÇÃO](#))

45. O SIMPLES AVISO ENCAMINHADO POR ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO, DESACOMPANHADO DE POSTERIOR INSCRIÇÃO, NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.63264](#), TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 22/10/09. APCV [2006.001.16934](#), TJERJ, 15ª C. CÍVEL, JULGADA EM 26/04/09.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#), [CONSUMIDOR](#))

47. COBRANÇA FEITA ATRAVÉS DE MISSIVAS, DESACOMPANHADA DE INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO, NÃO CONFIGURA DANO MORAL, NEM RENDE ENSEJO À DEVOLUÇÃO EM DOBRO.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.21269](#), TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 17/09/09. APCV [2009.001.45498](#), TJERJ, 19ª C. CÍVEL, JULGADA EM 08/09/09.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#), [CONSUMIDOR](#))

59. A INSCRIÇÃO EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO DE DEVEDOR SOLIDÁRIO DE CONTA BANCÁRIA CONJUNTA, POR DÍVIDA CONTRAÍDA ISOLADAMENTE PELO OUTRO CORRENTISTA, CONFIGURA DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2006.001.66231](#), TJERJ, 4ª C. CÍVEL, JULGADA EM 30/01/07. APCV [2007.001.52590](#), TJERJ, 20ª C. CÍVEL, JULGADA EM 27/09/07.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#))

71. A LIMITAÇÃO JUDICIAL DE DESCONTOS DECORRENTES DE MÚTUO BANCÁRIO REALIZADOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM CONTA-CORRENTE, NO ÍNDICE DE 30%, NÃO ENSEJA AO CORRENTISTA O DIREITO À DEVOLUÇÃO DO QUE LHE FOI

ANTES COBRADO ACIMA DO PERCENTUAL, NEM A CONDUTA CONFIGURA DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.10791](#), TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 18/03/09. APCV [2009.001.53740](#), TJERJ, 14ª C. CÍVEL, JULGADA EM 23/09/09.

75. A TENRA IDADE, A DOENÇA MENTAL E OUTROS ESTADOS LIMITADORES DA CONSCIÊNCIA DE AGRESSÃO NÃO EXCLUEM A INCIDÊNCIA DO DANO MORAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.41343](#), TJERJ, 17ª C. CÍVEL, JULGADA EM 19/08/09. APCV [2007.001.53838](#), TJERJ, 15ª C. CÍVEL, JULGADA EM 03/11/09.

84- NÃO CONFIGURA DANO MORAL O SIMPLES AVISO, AINDA QUE SEM AMPARO LEGAL, DE INTERRUÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL, SALVO EM CASO DE COMPROVADA REPERCUSSÃO EXTERNA.

PRECEDENTES: 0001992-41.2009.8.19.0045, TJERJ, 15ª C. CÍVEL, JULGADO EM 02/02/2010; 0000147-14.2006.8.19.0001, TJERJ, 16ª C. CÍVEL, JULGADO EM 03/11/2009.

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 69 - AS AÇÕES ENVOLVENDO DANOS MORAIS NÃO CONSTITUEM, POR SI SÓ, MATÉRIA COMPLEXA.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 108 - A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL (APROVADO NO XIX ENCONTRO - ARACAJU/SE).

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 24

ENUNCIADO 3 – O JUIZ ENCAMINHARÁ A DEFENSORIA PÚBLICA CÓPIA DO PROCESSO EM QUE CRIANÇAS/ADOLESCENTES TENHAM SIDO DEVOLVIDOS, NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA EM PROCESSOS DE ADOÇÃO OU EM GUARDAS PROLONGADAS, PARA QUE SEJA ANALISADA A VIABILIDADE DA PROPOSITURA DE AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS, EM RAZÃO DE ABANDONO EFETIVO.

(VER: [ADOÇÃO](#), [DEFENSORIA PÚBLICA](#))

[AVISO TJ Nº 24, DE 10/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

14.4.1 - INDENIZAÇÃO

É POSSÍVEL, EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, APRESENTAR PEDIDO DE INDENIZAÇÃO EXCLUSIVAMENTE POR DANO MORAL, DEVENDO SUA CONCESSÃO SER GRADUADA, CONSIDERANDO-SE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E A EXTENSÃO DO DANO, INDEPENDENTE DE O RÉU SER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PESSOA JURÍDICA](#))

14.4.2.1 - A INSERÇÃO OU MANUTENÇÃO ILEGÍTIMA DO NOME DO CONSUMIDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO GERA DANO MORAL.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

14.4.2.2 - DEVE SER CONSIDERADO COMO UM DOS PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, EM CASO DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR JUNTO A CADASTROS DE INADIMPLENTES, O TEMPO DE PERMANÊNCIA NESTE CADASTRO.

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#), [INDENIZAÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

14.4.3 - INADIMPLENTO CONTRATUAL

O INADIMPLENTO CONTRATUAL, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA O DANO MORAL, SALVO SE DA INFRAÇÃO ADVÉM CIRCUNSTÂNCIA QUE ATENTA CONTRA A DIGNIDADE DA PARTE.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 65

7. EM PRINCÍPIO NÃO GERA DANO MORAL A IMPOSIÇÃO INDEVIDA DE MULTA DE TRÂNSITO.

(VER: [MULTA](#))

[AVISO TJ Nº 65, DE 11/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 67

9 - A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR, POSTERIORMENTE ARQUIVADO, NÃO GERA, EM PRINCÍPIO, DANO MORAL.

(VER: [PROCESSO ADMINISTRATIVO](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[AVISO TJ Nº 67, DE 07/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 51

10 - NÃO GERA DANO MORAL A IMPOSIÇÃO INDEVIDA DE MULTA DE TRÂNSITO.

(VER: [MULTA](#))

[AVISO TJ Nº 51, DE 16/10/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

12. IMPUTAÇÃO OFENSIVA, COLETIVA, NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

JUSTIFICATIVA: IMPUTAÇÃO CALUNIOSA, DIFAMATÓRIA OU INJURIOSA, À COLETIVIDADE, SEM ATRIBUIÇÃO À PESSOA FÍSICA E À PESSOA JURÍDICA CERTAS, NÃO CONFIGURA DANO MORAL, PORQUANTO NÃO INDIVIDUALIZADO E DEFINIDO O OFENDIDO. ASSACADILHAS GENÉRICAS DEPENDEM DE ESCLARECIMENTOS DO OFENSOR (ART. 144, DO CÓDIGO PENAL), DE SORTE QUE, DE PER SI, TAIS CONDUTAS NÃO PODEM ENSEJAR A OCORRÊNCIA DE DANO MORAL.

REF.: RESP 736015, STJ, 3ª TURMA, DJ DE 01/07/2005, P. 533.

APCV 2005.001.41244, TJERJ, 4ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 21/02/2006.

APCV 2006.001.12941, TJERJ, 2ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 29/03/2006.

[AVISO TJ Nº 32, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 17

1 - RAZOÁVEL, EM PRINCÍPIO, A FIXAÇÃO DE VERBA COMPENSATÓRIA NO PATAMAR CORRESPONDENTE A ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, EM MOEDA CORRENTE, FUNDADA EXCLUSIVAMENTE NA INDEVIDA NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO.

JUSTIFICATIVA: O PATAMAR SUGERIDO REFLETE A MÉDIA DE VALORES USUALMENTE FIXADOS. DADO QUE NA FIXAÇÃO DA VERBA POR DANO MORAL INEXISTE PARÂMETRO LEGAL, PELO QUE DISPÕE O JUIZ DE FLEXIBILIDADE PARA ESTABELECEER A CONDENAÇÃO, A PROPOSIÇÃO SERVE, TAMBÉM, COMO CRITÉRIO OBJETIVO PARA OS JUÍZES DE 1º GRAU. SALIENTE-SE, AINDA, QUE, NA COMPREENSÃO DO ENUNCIADO, INCLUI-SE OUTRA TESE IMPLÍCITA, QUAL SEJA, A DE QUE O APONTE INDEVIDO DO CONSUMIDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO CONFIGURA DANO MORAL.

REF.: RESP 621547/SC, STJ, 4ª TURMA, DJ DE 04/10/04, P. 325

APCV 2003.001.23182, TJERJ, 6ª C. CÍVEL, JULGADA EM 07/10/2003

APCV 2004.001.00763, TJERJ, 4ª C. CÍVEL, JULGADA EM 17/08/2004

(VER: [CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO](#), [CONSUMIDOR](#))

13 - A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

JUSTIFICATIVA: CONSOLIDOU-SE A JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE, COMO O ARBITRAMENTO DA VERBA COMPENSATÓRIA É JUDICIAL, IRRELEVANTE O FATO DE O AUTOR NÃO TER SIDO ATENDIDO POR INTEIRO EM SUA PRETENSÃO, PARA O EFEITO DE FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

REF.: RESP 488159/ES, STJ, 4ª TURMA, DJ 08/09/2003, P. 339

RESP 261168/SP, STJ, 4ª TURMA, DJ 15/10/2001, P. 778

APCV 2004.001.27308, TJERJ, 10ª C. CÍVEL, JULGADA EM 22/02/2005

APCV 2003.001.28427, TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 08/06/2004

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [SUCUMBÊNCIA](#))

23 - A CORREÇÃO MONETÁRIA DA VERBA INDENIZATÓRIA DE DANO MORAL, SEMPRE ARBITRADA EM MOEDA CORRENTE, SOMENTE DEVE FLUIR DO JULGADO QUE A FIXAR.

JUSTIFICATIVA: O COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL VEM DECIDINDO, DIANTE DOS TERMOS DO INCISO IV DO ART. 7º DA CARTA MAGNA, NÃO SER POSSÍVEL ESTABELECEM-SE CONDENAÇÕES VINCULADAS AO SALÁRIO MÍNIMO (RE 237.965-SP, PLENO; RE Nº 225.488-PR, PRIMEIRA TURMA, SENDO, DE AMBOS, RELATOR O MIN. MOREIRA ALVES). O VALOR DA INDENIZAÇÃO, PORTANTO, DEVE SER FIXADO EM MOEDA CORRENTE E, COMO É NA SENTENÇA (OU NO ACÓRDÃO) QUE O JUIZ (OU O TRIBUNAL), SOPESANDO OS FATOS, O ESTABELECE, CONCLUI-SE QUE É DAÍ QUE PASSA A FLUIR A CORREÇÃO MONETÁRIA, E NÃO DE DATAS PRETÉRITAS, POIS TAL SERIA ATRIBUIR À CORREÇÃO NATUREZA DE JUROS.

REF.: RE 225488/PR, STF, 1ª TURMA, DJ 16/06/00, P. 39
RESP 66647/DF, STJ, 3ª TURMA, DJ DE 03/02/1997, P. 717
APCV 2003.001.01781, TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 01/07/2003
APCV 2003.001.13995, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 08/10/2003

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

27 - A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL.

JUSTIFICATIVA: PREMIDAS PELAS RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS REGULADORES DE SEGURO NO PAÍS, E PELAS DECISÕES QUE VÊM SENDO PROFERIDAS PELO JUDICIÁRIO, NO SENTIDO DE QUE O VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO NA LEI EM SALÁRIOS MÍNIMOS CONTINUA A VIGER, NÃO SE REVESTE DE ABUSIVIDADE CAPAZ DE ENSEJAR DANOS DE ORDEM MORAL, A RECUSA DAS SEGURADORAS EM LIQUIDÁ-LAS POR AQUELE VALOR. ADEMAIS, O MERO DESCUMPRIMENTO DE LEI NÃO CARACTERIZA DANO MORAL.

REF.: APCV 2004.001.31681, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 07/12/2004
APCV 2004.001.35841, TJERJ, 4ª C. CÍVEL, JULGADA EM 18/01/2005

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

[AVISO TJ Nº 17, DE 24/05/2005](#)

ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1

2 - A EC/45 NÃO ALTEROU A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA DECIDIR AS CAUSAS DE DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS NÃO FUNDADAS EM RELAÇÃO DE TRABALHO.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

[ATO EMERJ Nº SN1, DE 16/03/2005](#)

ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1

12 - NA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVEM SER CONSIDERADAS A GRAVIDADE DA CONDUTA DA LESÃO, A INTENSIDADE DA FALTA (OU CULPA DO AGENTE) E AS CIRCUNSTÂNCIAS DE FATO, NO ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO (ART. 944, PARÁGRAFO ÚNICO E 945, DO NCC). – UNÂNIME

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[ATO EMERJ Nº SN1, DE 25/11/2003](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 58

2- COMPETÊNCIA: NÃO É DA COMPETÊNCIA DAS VARAS DE FAMÍLIA A APRECIÇÃO E JULGAMENTO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE RELAÇÕES FAMILIARES.

(VER: [COMPETÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 58, DE 17/12/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 47

6. QUANDO HOUVER PEDIDO 'MINIMO' NAS ACOES DE INDENIZACAO POR DANO MORAL O VALOR DA CAUSA DEVE CORRESPONDER AO PEDIDO 'MINIMO'.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#), [VALOR DA CAUSA](#))

[AVISO TJ Nº 47, DE 19/09/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XLI – SÃO CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO ESTÉTICO E DANO MORAL, ORIUNDAS DO MESMO FATOS.

(VER: [DANO ESTÉTICO](#), [INDENIZAÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 90

ENUNCIADO Nº XL – SÃO CUMULÁVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL, ORIUNDAS DO MESMO FATOS.

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 90, DE 17/07/1992](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.jus.br